

NOTAS SOBRE A FORMAÇÃO DE UMA REDE URBANA DE UM “TEMPO LENTO” NO PERÍODO DA MINERAÇÃO NO BRASIL COLÔNIA

Everaldo Batista da Costa¹
Universidade Federal de Ouro Preto

Francisco Capuano Scarlato²
Universidade de São Paulo

Resumo

Este artigo analisa a formação de uma ampla rede urbana de um tempo lento que (re)configura o território brasileiro, no século XVIII, com as atividades que subsidiam a economia da mineração do ouro e dos diamantes, a partir de uma abordagem geohistórica. Ao se formar uma rede intra e inter-regional de circulação de pessoas, novas mercadorias e idéias, produzem-se espaços econômicos particulares e lugares simbólicos referenciais no território da antiga zona da mineração. Logo, fica claro que esta empresa favoreceu a articulação de distintas áreas do território brasileiro e o estabelecimento de atividades paralelas, como a pecuária e a agricultura de subsistência, que se desenvolveram no século XVIII e ganharam vulto no século XIX, em alguns pontos da zona do ouro e dos diamantes. Refuta-se a tradicional análise historiográfica da crise que devasta o território mineiro com o declínio da extração do ouro, como já aponta a historiografia contemporânea, que indica as áreas econômicas mais dinâmicas no território mineiro, mesmo com o declínio da principal atividade, como parte da Comarca do Serro do Frio e a Comarca do Rio das Mortes, com São João Del Rei.

Palavras-chave: Mineração; Formação Territorial; Rede Urbana de um Tempo Lento.

Abstract

Este artigo analisa a formação de uma ampla rede urbana de um tempo lento que (re)configura o território brasileiro, no século XVIII, com as atividades que subsidiam a economia da mineração do ouro e dos diamantes, a partir de uma abordagem geohistórica. Ao se formar uma rede intra e inter-regional de circulação de pessoas, novas mercadorias e idéias, produzem-se espaços econômicos particulares e lugares simbólicos referenciais no território da antiga zona da mineração. Logo, fica claro que esta empresa favoreceu a articulação de distintas áreas do território brasileiro e o estabelecimento de atividades paralelas, como a pecuária e a agricultura de subsistência, que se desenvolveram no século XVIII e ganharam vulto no século XIX, em alguns pontos da zona do ouro e dos diamantes. Refuta-se a tradicional análise historiográfica da crise que devasta o território mineiro com o declínio da extração do ouro, como já aponta a historiografia contemporânea, que indica as áreas econômicas mais dinâmicas no território mineiro, mesmo com o declínio da principal atividade, como parte da Comarca do Serro do Frio e a Comarca do Rio das Mortes, com São João Del Rei.

Palavras-chave: Mineração; Formação Territorial; Rede Urbana de um Tempo Lento.

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta o que consideramos a primeira estruturação de uma rede urbana no Brasil Colônia, que se dá com o estabelecimento da *empresa* mineradora do século XVIII, que vai dar nova conformação às relações, sobretudo, econômicas, no âmbito do território colonial. Consideramos, neste sentido, de acordo com Moraes (2002, p. 89), que a colonização expressa, talvez melhor que qualquer outro exemplo, momentos de ação da sociedade sobre o espaço, onde a partir do

capital fixado no território colonial formam-se as bases de movimentos econômicos autocentrados, isto é, que perseguem objetivos próprios de realização e acumulação. O autor considera, ainda, que a colonização pode ser equacionada como um processo de valorização do espaço, com suas modalidades de relação em que são apropriados os meios naturais, logo transformados em segunda natureza e, posteriormente, são apropriados esses meios naturais transformados, o que redundará na produção de formas espaciais e apropriação do espaço produzido.

Nesse sentido, adotamos uma abordagem na perspectiva da *geografia histórica* ao considerarmos a formação desta rede urbana de um “tempo lento” (SANTOS, 2002) no cerne da ocupação dos “fundos territoriais” (MORAES, 2002) do Brasil *Setecentista*; uma rede urbana estruturada pelas relações intra e inter-regionais promovidas pela saga da mineração que promoveu uma nova articulação do território colonial brasileiro (SCARLATO, 2008) ao interligar o Centro-Sul e o Nordeste do país.

A MINERAÇÃO E A ARTICULAÇÃO DO TERRITÓRIO COLONIAL NO SÉCULO XVIII

Primeiramente, faz-se necessário salientar a importância da atuação dos paulistas no processo de formação do território brasileiro. Atuaram por vastas regiões da colônia, desmantelando quilombos, submetendo indígenas, e mesmo atacando assentamentos de holandeses e espanhóis, de acordo com Moraes (2000a, p. 395). Contudo, será com a descoberta do ouro, no *hinterland* do território colonial, que se realiza o maior feito dos bandeirantes paulistas, na última década do século XVII. “A exploração (*do ouro e diamantes*) comandará a economia (e a formação territorial) brasileira ao longo de todo o século seguinte” (MORAES, 2000a, p. 395).

Há mesmo uma reorientação da economia colonial quando da consolidação da economia açucareira nas Antilhas, que concorre vantajosamente com as regiões produtoras do litoral nordestino brasileiro, episódio que criou as propícias condições para a mudança do pólo econômico do açúcar para a economia da mineração, que desloca o eixo do povoamento para outras regiões do território

colonial brasileiro, como aponta Scarlato (1996, p. 124). A mineração do ouro, num primeiro momento, acompanhada pela dos diamantes, cerca de 30 anos depois de iniciada a aurífera, torna-se a saída para a crise da metrópole.

(...) desde 1560, os paulistas já haviam descoberto ouro nas vizinhanças da vila de São Paulo, região do Jaraguá, e nos finais do século XVII já haviam chegado à região das Geraes (...) onde fundaram Sabará. Isso revela que, mesmo com a existência de toda uma legislação portuguesa que controlava as penetrações decorrentes de povoamento para o interior, os paulistas, transgredindo estas leis, expandiam as fronteiras do povoamento em várias direções do território, invadindo, inclusive, os territórios das colônias espanholas na América do Sul, delimitados, até então, pelo Tratado de Tordesilhas. (SCARLATO, 1996, p. 124)

A busca da riqueza mineral das *Alterosas*, nas regiões do Rio das Mortes, do Rio Doce e do Rio das Velhas ocasionou um grande fluxo migratório, que fez da zona do ouro e diamantes o pólo econômico central da estrutura colonial brasileira, no século XVIII. Segundo Celso Furtado, em *Formação Econômica do Brasil*, a economia mineira abriu um ciclo migratório europeu totalmente novo para a colônia. Por suas características, a mineração oferecia possibilidades a pessoas de recursos limitados, pois não se exploravam grandes minas – e sim o metal de aluvião que se encontrava depositado no fundo dos rios, que exigia poucos recursos³ –, diferentemente da

economia açucareira, que demandava um grande capital para implantação dos engenhos⁴. Portugal chegou a tomar medidas concretas com o objetivo de conter o fluxo migratório. Celso Furtado (1974, p. 74) afirma que a população colonial de origem europeia decuplicou no correr do século da mineração:

a população do Brasil teria alcançado 100.000 habitantes em 1600, um máximo de 300.000 em 1700 e ao redor de 1.250.000 em 1800. A população de origem europeia seria de cerca de 30.000 em 1600 e dificilmente alcançaria 100.000 em 1700. Ignorando-se qualquer contribuição migratória europeia ocorrida no século XVII, deduz-se que o crescimento vegetativo dessa população permitia no máximo que a mesma triplicasse no correr de um século. Se se admite esse ritmo de crescimento para o século seguinte, a população de origem europeia deveria alcançar (ignorado o efeito migratório) cerca de 300.000 pessoas ao término do século XVIII. Como os dados de que se dispõe indicam para essa época uma população de origem europeia de algo mais de um milhão, deduz-se que a emigração europeia para o Brasil no século da mineração não terá sido inferior a 300.000 e poderá haver alcançado meio milhão. Como o grosso desses imigrantes eram lusitanos, cabe deduzir que *Portugal contribuiu com um maior contingente de população para o Brasil do que a Espanha para todas as suas colônias da América.*

A intensa imigração que a região mineradora propiciou ao Brasil pode ser considerada um *rush* de grandes proporções, que relativamente às condições da colônia, foi mais acentuado que o famoso *rush* californiano do século XIX, segundo Caio Prado, em *História Econômica do Brasil*. Esse fato contribuiu para uma rápida transformação socioespacial da colônia, propiciando um povoamento esparsa e distribuído em pequenos núcleos separados entre si por enormes vazios; o que acabou caracterizando o povoamento do Brasil até nossos dias, notadamente em algumas áreas do centro-sul⁵ (PRADO JÚNIOR, 1983; DUARTE, 1995).

Consideração de suma relevância a ser feita é a de que a *empresa* mineira não permitia a ligação direta à terra, como ocorreu nas regiões açucareiras. Sendo a duração da lavra incerta, o capital fixo tornava-se reduzido e a atividade organizava-se, assim, de forma a poder se deslocar em tempo relativamente curto. Por outro lado, a grande lucratividade da extração favorecia concentrar na própria mineração os recursos adquiridos. Dessa maneira, a incerteza e correspondente mobilidade propiciada pela nova *empresa*, a alta lucratividade e correspondente especialização marcam a organização de toda a economia mineira (FURTADO, 1974, p. 76).

Para Caio Prado, em *Formação do Brasil Contemporâneo*, a indústria mineradora no Brasil nunca foi além de uma aventura passageira que mal tocava um ponto para abandoná-lo em seguida e passar adiante. Para o autor, essa é a causa principal que, apesar da riqueza produzida pela atividade, drenada toda para fora do país, deixou tão poucos vestígios, a não ser a marcada destruição de recursos naturais que semeou pelos distritos mineiros. Nesse ponto, fazemos uma ressalva, pois o território atual, no qual se

estabeleceu a zona do ouro e dos diamantes, é representante do maior acervo barroco do país, considerando o conjunto das cidades coloniais mineiras ainda hoje preservadas.

O ouro e o diamante são símbolos da conquista espacial que emergiu como determinação principal de Portugal no *Setecentos*, ou como se refere Moraes (2002, p. 31), “como pecado original das colônias, na medida que a expansão territorial e o domínio de espaços se inscrevem como móveis básicos de sua objetivação”. A conquista que acarreta na formação do território induz práticas sociais e relações humanas que se corporificam na estruturação do próprio espaço, dando forma específica ao processo de assentamento da sociedade na zona do ouro e dos diamantes, caracterizando-a singularmente.

Assim, há de ser destacado também o papel fundamental da mineração no tocante à *articulação* da zona do ouro e dos diamantes com outras partes do território colonial, sua característica *sui generis*. A população emigra em massa do planalto do Piratininga, recursos em forma de mão-de-obra escrava advém do Nordeste açucareiro “decadente” e em Portugal forma-se, ineditamente, uma corrente migratória com destino ao Brasil, como visto acima. Contudo, foi a própria dificuldade de assentamento em uma região tão distante do litoral (base do povoamento inicial da Colônia), e inóspita pelas condições naturais (solos pouco produtivos e topografia extremamente acidentada), junto ao desejo de enriquecimento rápido, que favoreceram a articulação do território das minas com o restante da colônia, em nosso entendimento.

Localizada a grande distância do litoral, espalhada e em região montanhosa, a população mineira dependia para tudo de um suficiente sistema de transportes. Segundo

Furtado (1974, p. 76), a tropa de mulas constituiu autêntica infra-estrutura de todo sistema minerador. A análise desse autor indica-nos que a dificuldade de abastecimento de alimentos, a grande distância por terra que deviam percorrer todas as mercadorias importadas, a necessidade de vencer grandes caminhadas em região montanhosa para alcançar os locais de trabalho, tudo contribuía para que o sistema de transporte desempenhasse um papel básico no funcionamento da economia e favorecesse a articulação territorial, necessária para a sobrevivência da *empresa*.

A mineração propiciou o desenvolvimento de um grande mercado para animais de transporte e mesmo o fortalecimento da pecuária. Para Furtado (1974, p. 77), ao considerarmos em conjunto a procura de gado para corte e de muares para transporte, a economia mineira constituiu um mercado de proporções superiores ao que havia proporcionado a economia do açúcar, em sua etapa máxima de produção. Isso faz com que a economia sul-rio-grandense, onde a criação de mulas ocorreu em ampla escala, se integrasse à economia mineira e colonial.

As tropas de mula formaram um “corredor” de escoamento (não só de mulas e bovinos – vivos – mas também de charque) que partia do sul em direção ao Planalto de Piratininga e depois destinados, sobretudo, para a zona da mineração. Sobre essa articulação, Castro (1979, p.53) deixa-nos minuciosas indicações. Para o autor, o famoso negócio das “bestas de Viamão” (Sorocaba), não apenas propiciava um primeiro vínculo entre extremo sul e o resto da Colônia, mas também fornecia as rendas de que se nutria o importante registro de Curitiba. Esse comércio constituiu-se, por um tempo, na principal

atividade econômica dos paulistas. O comércio de muares, dada sua própria natureza, superava o grande desafio enfrentado pela inserção econômica do sul no resto do país: a necessidade de cruzar a floresta densa que se estendia do sul de São Paulo aos campos sulinos. A mineração e suas exigências de transporte tornam-se, pois, a mola propulsora do desenvolvimento dessa atividade do sul, articulando, ainda, São Paulo.

Não é difícil de supor a importância da articulação territorial propiciada pela *empresa* mineradora ao considerarmos, ainda, que sua base geográfica compreendia a vasta área que integra o atual estado de Minas, a região de Cuiabá, no Mato Grosso, Goiás, o próprio Nordeste, o atual estado de São Paulo e o Sul do país. Essa articulação fez-se pela necessidade do *abastecimento* da região mineira⁶, seja pela carência de produtos alimentícios (pouco produzidos nas primeiras décadas do século XVIII), seja pela urgência de animais de carga⁷.

Logo, a mineração foi o mote do desenvolvimento de uma vasta região que extrapola a zona do ouro e dos diamantes, ou seja, foi a mola propulsora para a articulação de diferentes pontos da colônia, do Nordeste ao Centro-Sul, contribuindo, assim, para a integração de grande parte do território brasileiro.

A MINERAÇÃO E A FORMAÇÃO DE UMA REDE URBANA DE UM “TEMPO LENTO”

Em pesquisa recente, denominamos *fase da gênese colonial do patrimônio* (COSTA, 2009) um processo que está diretamente ligado à própria produção dos núcleos urbanos das Geraes através da saga de ocupação dos “fundos territoriais” (MORAES, 2002) pela

colonização portuguesa. Partindo do litoral (ponto de estabelecimento inicial – século XVI), o colonizador ibérico conquista novos espaços em direção ao interior do território (ao longo dos séculos XVII⁸ e XVIII), marcando sua presença com a criação de novos arraiais, vilas e cidades, cuja materialidade atravessa o tempo e se estabelece no espaço como registro de um período simbólico da história brasileira – “rugosidades” (SANTOS, 2002) “permanentes”.

Dessa maneira, o Brasil Colônia, que se pautava em uma produção agrícola exportadora, cujos primeiros núcleos urbanos vinculados a essa atividade haviam se estabelecido, primordialmente, no litoral (Recife, Olinda, Salvador, São Luís, Rio de Janeiro), ocupando planícies e terraços, como nos esclarece Scarlato (2005), vê uma nova fase em sua dinâmica econômica e na conquista de novos espaços pelo interior do território, na busca pelo ouro e por diamantes.

Nesse contexto, o processo histórico singular de ocupação do interior movido pela mineração, com a formação de novos núcleos populacionais ao longo do século XVIII, gera o riquíssimo acervo arquitetônico das Geraes, representado por uma rede de cidades distribuídas pelos antigos caminhos do ouro, hoje integrando o que se denomina *Circuito das Cidades Históricas Mineiras* e mesmo de cidades dos estados de Goiás e do Mato Grosso.

A descoberta das minas de ouro e diamantes fornece ao território - que vinha se consolidando - um setor econômico dominante que vai polarizar as economias regionais já assentadas, animando-se com seu dinamismo e compelindo-as à expansão, como afirma Moraes (2000a, p. 415). Os fluxos de pessoas, animais e produtos diversos propiciaram um padrão de ocupação e povoamento mais urbano, que

adquire características próprias na zona do ouro e dos diamantes.

Em um clássico trabalho sobre *Vilas e Cidades do Brasil Colonial*, Aroldo de Azevedo registra as modificações substanciais no panorama urbano do Brasil ao longo do século XVIII. Segundo o autor, a obra de urbanização liberta-se de uma vez por todas da orla atlântica, dada a expansão povoadora e a conquista de larga porção do interior do território colonial e da própria Amazônia. O Bandeirismo, que penetra até a Chapada Diamantina e o vale médio do São Francisco, a expansão pastoril no sertão do Nordeste, a obra missionária na Amazônia, além da influência do “ciclo luar”, são algumas facetas da produção de núcleos populacionais no Brasil de então.

Azevedo (1956, p. 35) considera duas áreas de maior relevância urbana, que apresentaram relativa continuidade: 1) a que pode ser denominada de *região baiano-nordestina*, que se estende desde a Baixada Maranhense até o baixo Mucuri, com maior penetração no sertão do Nordeste oriental e no trecho situado ao norte do Recôncavo Baiano; e 2) a que pode ser chamada de *região paulista-mineiro-fluminense*, que se estende desde a foz do Rio Doce até a ilha de São Francisco, com maior penetração no território áureo-diamantífero de Minas Gerais e no planalto paulista-paranaense⁹. Ao considerar os dados fornecidos por Aroldo de Azevedo, impressiona verificar que nada menos que 118 vilas foram criadas no século XVIII, de maneira particular no terceiro quartel do século. Segundo Fernando de Azevedo (apud Azevedo, 1956, p. 35),

Se o século XVII, o das Bandeiras, foi o século da expansão territorial, da conquista e do povoamento, o

século do ouro, o XVIII foi, com o declínio do patriarcalismo rural, no norte, e do movimento das Bandeiras, ao sul, o século do desenvolvimento das cidades, onde se formara e já ganhava corpo a nova classe burguesa, ansiosa de domínio, e já bastante forte para enfrentar o exclusivismo das famílias de donos de terras.

Com a mineração, a orla litorânea perde o privilégio de ser a notória concentradora populacional e de ser um espaço que caracteriza, *paisagisticamente*, o urbano. A zona do ouro e a zona dos diamantes agregam a primeira experiência tipicamente urbana do Brasil, considerando-se a complexidade que caracteriza essa formação, de apropriação e usos diversos de sentido urbano, de modos de vida verdadeiramente urbanos, segundo Scarlato (2008).

É nesse sentido que surgem diversos núcleos oriundos da mineração como atividade principal e de atividades subsidiárias a ela, como os deslocamentos dos tropeiros (tropas) e a própria pecuária. Ao ativar a circulação, a mineração exigia que a implantação dos núcleos se desse em *sítios estrategicamente escolhidos*, formando um rosário de povoados pelos principais caminhos que ligavam o litoral às minas mais distantes de Goiás, Mato Grosso e do Planalto de Diamantina.

Os geógrafos Pedro Pinchas Geiger, em *Evolução da Rede Urbana Brasileira* e Pierre Deffontaines, em *Como se constituiu no Brasil a rede das cidades*, são sumariamente relevantes para nossa análise. De acordo com Geiger (1963, p. 74), era comum, no período colonial, a implantação dos povoados ao longo dos rios, dado o maior papel que lhes cabia na circula-

ção. O autor se refere aos núcleos paulistas, do litoral e do vale do São Francisco, “por isso, é comum encontrar atualmente, à margem dos cursos de água, uma série de localidades tão estagnadas quanto estagnada se encontra a navegação fluvial”. Acrescentamos que, na zona da mineração, essa escolha se dava, também, pela proximidade das áreas de extração nos leitos, nas grupiaras ou nos taboleiros. Outra observação de Geiger é a localização de cidades junto a cachoeiras dos cursos de água, principalmente as primeiras a partir da foz, onde se fazia mudança do transporte fluvial para a via terrestre. Esta é a razão, segundo o autor, de tantas cidades de nome Cachoeira, em geral pontos terminais de trechos navegáveis dos rios. “Extensas linhas de comunicação se estabeleceram (...) quando do desenvolvimento da mineração, que fez movimentar mercadorias, inclusive o gado. Longos trechos de rios eram aproveitados nessa circulação e alguns centros urbanos se localizaram nos extremos dos trechos navegáveis, como Itu ou Porto Feliz, em São Paulo.”

Nas Geraes, verificamos que os núcleos envolvidos com a mineração, no século XVIII, encontram-se, na quase totalidade, localizados nas encostas de vales, próximos dos locais de garimpo, como observamos em Ouro Preto, São João Del Rei, Tiradentes, Diamantina, Sabará e Ouro Branco (COSTA, 2009).

Indiretamente, ao ativar uma complexa circulação, a mineração propiciou o surgimento de outras cidades. É o caso de Sorocaba, no interior do estado de São Paulo, que se iniciou como feira de mulas que chegavam das campinas do sul e eram ali negociadas, seguindo depois para áreas onde seriam utilizados nos diversos transportes, como indica Geiger (1963).

O gado (intensamente movimentado pela mineração) também foi fator de abertura de

caminhos e geração de aglomerados populacionais pelo interior da Colônia, constituindo-se na rede urbana analisada. “Tanto sobre os caminhos de gado, como sobre as linhas de circulação de viajantes e mercadorias, surgiram inúmeras localidades interioranas” (GEIGER, 1963, p. 75). Os pontos de pouso originaram localidades que revelam essa origem no próprio nome, como Pouso Alto, Pouso Alegre, Passo Fundo e Passa Quatro. Cidades que se denominam Registro eram pontos de cobrança de taxas sobre os caminhos. Cidades há que se desenvolveram de sedes de fazendas; outras nasceram ao longo dos caminhos das boiadas, como Curral del-Rei (primitivo nome de Belo Horizonte) e Malhadas, de acordo com Geiger.

Essas aglomerações, que se chamaram cidades de viajantes eram características, cheias de ranchos, cabanas-hangares para abrigar as caravanas, e estalagens; muitas vezes elas se prolongavam em uma só rua ao longo da estrada, como é o caso de Mogi Mirim, de Ouro Fino. Essa rua principal se chamava freqüentemente *a rua direita*, se bem que o seu traçado fosse em geral sinuoso. (DEFFONTAINES, 1944, p. 09, grifo nosso)

O quadro 01, a seguir, citado por Milton Santos em *A Urbanização Brasileira*, ao quantificar as vilas e cidades criadas no Brasil colônia do século XVI a 1720, representa, de forma fidedigna, a importância da mineração no desenvolvimento de novos aglomerados populacionais nas Geraes; não está computado o Arraial do Tijuco, que só é elevado à cidade no decorrer do século XIX¹⁰.

	Séc XVI	Séc XVII	Séc XVIII até 1720
Rio Grande do Norte	1		
Paraíba	1		
Pernambuco	2	1	1
Sergipe	1	2	
Bahia	4	5	1
Espírito Santo	2	1	
Rio de Janeiro	1	6	
São Paulo	6	10	1
Pará		4	
Maranhão		2	1
Alagoas		3	
Paraná		2	
Santa Catarina		1	1
Piauí			1
Ceará			1
Minas Gerais			8

Quadro 01 – Fonte: Reis Filho (1968 apud Santos, 1994).

Vê-se, no quadro citado por Milton Santos, que os primeiros vinte anos de exploração aurífera, no Brasil, foram suficientes para o surgimento de oito vilas na capitania mineira, deixando a criação de vilas em São Paulo e Rio de Janeiro para trás; dinamismo conseqüente de um novo fluxo de mercadorias, capital e pessoas proporcionado pela nova empreitada da mineração.

Considerando todo o século XVIII, a mineração promoveu o estabelecimento, apenas nas Geraes, de nada menos que 14 vilas – além dos arraiais constituídos –, distribuídas por toda capitania, de acordo com os dados fornecidos por Aroldo de Azevedo. Equiparando o quadro 02 que se segue ao que citamos de Milton Santos, identificamos que o Setecentos mineiro propiciou o surgimento proporcional de vilas,

nas Geraes, aos duzentos anos anteriores de colonização do Nordeste açucareiro. O que demonstra a força urbanizadora da empresa aurífera do Brasil colonial.

Vilas criadas na zona do ouro e diamantes ao longo do Setecentos

Data de fundação	Ordem	Denominação
1711	1 ^a	Vila Real de Nossa Sra. do Carmo (Mariana) ***
1711	2 ^a	Vila Real de Sabará (Sabará) ***
1711	3 ^a	Vila Rica (Ouro Preto) ***
1712	4 ^a	Vila de São João Del Rei (S. J. Del Rei) ***
1714	5 ^a	Vila do Príncipe (Serro) ***
1714	6 ^a	Vila Nova da Rainha do Caeté do Mato Dentro (Caeté)
1715	7 ^a	Vila Nova do Infante (Pitangui)
1718	8 ^a	Vila de São José Del Rei (Tiradentes) ***
1730	9 ^a	Vila de N. Sra do Bom Sucesso das Minas do Fanado (Minas Novas)
1789	10 ^a	Vila de Itapecerica (Itapecerica)
1790	11 ^a	Vila Real de Queluz (Conselheiro Lafaiete) ***
1791	12 ^a	Vila de Barbacena (Barbacena) ***
1798	13 ^a	Vila Princesa da Beira (Campanha) ***
1798	14 ^a	Vila Paracatu do Príncipe (Paracatu)

Quadro 02 – Fonte: Aroldo de Azevedo (1956, p. 39-41). Organizado pelo autor.

*** Cidades analisadas, in loco, pelo autor, antes ou durante esta pesquisa (Tiradentes, Ouro Preto e São João Del Rei integraram nossas análises anteriores).

Também para Milton Santos, de modo geral, é a partir do século XVIII que a urbanização se desenvolve e a casa da cidade

torna-se a residência mais importante do fazendeiro “ou do senhor de engenho, que só vai à sua propriedade rural no momento do corte e da moenda da cana” (BASTIDE, 1978, p. 56 apud SANTOS, 1994, p. 21). É certo que essa análise diz respeito às cidades litorâneas do nordeste, que não acompanham, no nosso entender, o desenvolvimento de um modo de vida tipicamente urbano semelhante ao das Geraes, apesar da efemeridade da *empresa* mineradora, que se fez vultosa por pouco mais de meio século, mas que nos legou *paisagens urbanas históricas* irreplicáveis, características do urbanismo barroco das Geraes.

É claro que o grande número de vilas criadas deveriam ser regidas e ordenadas por um aparato burocrático-administrativo. De acordo com Moraes (2000a, p. 402), no que diz respeito à vida cidadina e às funções urbanas, as cidades começaram a adquirir maior importância (já no XVII) no processo de ocupação e gestão do território brasileiro, fato que adveio da consolidação operada, mas sobretudo pela maior presença metropolitana em solo colonial. Moraes observa que os órgãos e cargos da administração reinol na colônia estabeleciam-se nos meios urbanos, e a hierarquia entre os núcleos se estabelecia em muito pela competência das instituições que abrigavam¹¹. Essa situação, em consequência, diminuiu o âmbito do exercício de poder local também assentado nessas novas cidades, alocado nas câmaras municipais, os mais efetivos aparelhos de gestão da colônia. A análise de Moraes nos dá uma idéia da complexização que se processa, sobretudo, a partir do século XVIII, no tocante às nuances da vida cidadina e das problemáticas que envolviam a articulação entre os distintos e distantes lugares com o fim de formatar uma rede urbana de um “tempo lento”, para usar uma expressão de Milton Santos (2002).

É bom lembrar que nem sempre o ouro e os diamantes foram os principais responsáveis pela organização e articulação de vilas e cidades da zona da mineração com outros pontos da Colônia, como já sublinhamos.

A Tese de Martins (2004) constitui-se em uma fonte singular que desmistifica a historiografia tradicional que atribui ao declínio da mineração uma miséria crescente na zona áureo-diamantífera. Ao contrário, verificamos que houve uma rearticulação do território colonial, formando redes urbanas de abastecimento inigualáveis na história da colônia, acompanhando, ou não, a atividade mineradora. O quadro que se esboça é o de uma economia com índices de produção agrícola e manufatureira que crescem, mesmo que a mineração enfrente – como realmente enfrentou, especialmente no caso do ouro – momentos de declínio arrasador. Os estímulos do mercado interno em expansão, graças a uma população em contínua ampliação, transmitiram significativo dinamismo à diversificada economia mineira que se apresenta no século XIX.

Ao invés de se falar genericamente em 'involução' ou 'estagnação', de se aceitar apressadamente o modelo proverbial do *boom and bust*, matriz teórica da historiografia acadêmica pioneira, é melhor pensar em termos de um processo gradual e contínua diversificação produtiva, em uma economia que não estava nem em crescimento acelerado, nem em decadência absoluta, mas em processo de rearticulação interna. (MARTINS, 2001, p. 58).

O capital gerado pela mineração favoreceu a diversificação da base produtiva nas Minas Gerais do século XIX. A agropecuária e os setores de beneficiamento e transformação correspondentes estavam disseminados por quase todo o território, embora houvesse áreas em que estas atividades encontravam-se mais desenvolvidas, como as áreas em torno de Pitangui, São João Del Rei e Barbacena, que abasteciam, principalmente, o mercado interno. (MARTINS, 2004 e COSTA, 2007)

O dinamismo do comércio estabelecido nas Geraes do XIX associava-se à existência de grande mercado interno criado pela *empresa* mineradora que se desarticulava. Porém, isso não quer dizer que Minas Gerais encontrava-se apartada de mercados “externos” (MARTINS, 2004, p. 59). As províncias do Rio de Janeiro e da Bahia recebiam quase todas as exportações mineiras: tabaco, algodão, bovinos, suínos, eqüinos, couros, queijos, toucinhos, ouro, diamantes, pedras preciosas e salitre. Identificamos a inversão dos fluxos, que agora ganham envergadura do *hinterland* para a orla atlântica¹².

Nesse quadro mais *diversificado* que *desolador*, a região de Diamantina, no sertão de Minas Gerais possuía produção destacada de víveres, ouro, diamantes, pedras preciosas e siderurgia, como afirma Martins. Sua vinculação com o Rio de Janeiro, de onde recebia produtos importados, sobretudo da Inglaterra, era notória, mas a região também possuía relações mercantis com áreas vizinhas. De Minas Novas recebia víveres. Da região Mineradora Central Oeste recebia ferro. Da região Mineradora Central Leste importava víveres, trigo e algodão. Da Bahia chegavam produtos importados e escravos. Ainda segundo Martins, em termos de exportação, a região de Diamantina fornecia ferro para Minas

Novas e ouro e diamante para o Rio de Janeiro. Esse é o quadro que vigora em alguns pontos específicos das Geraes até o terceiro quarto do século XIX, o que contraria a tradicional visão da pobreza mineira generalizada oriunda do declínio da mineração.

No contexto da constituição de uma primeira rede urbana na Colônia, que analisamos neste tópico, é importante frisarmos que, independente das variadas causas que originaram os aglomerados (sedes de fazendas, pousos de tropas, locais de fiscalização – registros, pontos de transposição de quedas d'água, rota das mulas do sul, rotas de fuga dos registros, mineração, o comércio de abastecimento mencionados acima, etc.), tornou-se patente na escolha dos sítios urbanos a presença da *água* e a facilidade das *comunicações*, que foram dois elementos vitais para a existência e a sobrevivência dos aglomerados, conforme Aroldo de Azevedo, sem os quais dificilmente formar-se-ia essa rede.

Azevedo aponta que, no Brasil colonial, raro era o núcleo urbano que não se achava associado a um curso d'água, grande, médio ou pequeno. E muitas foram as causas dessa preferência: o fornecimento de água para o uso doméstico, a facilidade de obtenção de alimentos através da pesca, as vantagens oferecidas no que se refere aos contatos regionais e, no caso específico das áreas de mineração, a presença de ouro e de pedras preciosas no cascalho dos leitos fluviais, como indicamos acima. Não significa, porém, que hajam sido numerosos os verdadeiros *aglomerados fluviais*, aqueles que têm sua vida presidida pelos rios a que se acham ligados. Dada a vastidão que se tornava o território colonial, a *facilidade das comunicações* tornava-se quesito fundamental na implantação do sítio, daí a localização de aglomerados urbanos nas

vias naturais de passagem e ao longo de precários trajetos, que as tropas de mulas, em penosas e longas caminhadas, sabiam aproveitar; tão penosos que as atuais rodovias, como a Fernão Dias, que liga São Paulo ao interior de Minas, esbarram apenas de leve e em alguns poucos pontos a antiga Estrada Real; mesmo as estradas estaduais, acompanham o antigo caminho apenas por alguns pontos, no interior do Estado¹³.

Por isso mesmo, os caminhos coloniais constituíram a espinha dorsal da rede urbana, quer se dirigissem do litoral para os sertões do Nordeste ou para a *Chapada Diamantina*, quer procurassem atingir as áreas mineradoras de Minas Gerais, Goiás ou Mato Grosso, quer demandassem as regiões meridionais. Foram os **pousos de viajantes**, em conseqüência, o tipo comum de *embriões de cidades* em largo período de nossa vida colonial e, até mesmo, ao tempo do Império, o que lhes valeu o lugar de destaque que ocupam no relato da maioria dos viajantes estrangeiros do século XIX. (AZEVEDO, 1956, p. 71-2, grifos nossos)

Enfim, as notas aqui apresentadas, de forma breve, tem por fim enaltecer o papel da dinâmica propiciada pelo ouro, pelos diamantes e pelos diversos gêneros de abastecimento na formação de uma rede urbana de um “tempo lento”, ao longo dos séculos XVIII e XIX, dando a devida importância à mineração, um tanto subestimada no que diz respeito à articulação

propiciada (SCARLATO, 2008). Uma rede intra e inter-regional, estrategicamente pensada, formou-se e favoreceu a produção de espaços simbólicos do ponto de vista da arte, da cultura e da memória de uma *civilização* criada pelas relações e fluxos advindos da mineração nas Alterosas. Constitui-se em um grande *descaso geohistórico* – e mesmo artístico – negligenciar a trama estratégica que envolveu o desenvolvimento desses núcleos, considerando-os obra do acaso, sem rigor, sem método ou providência, simbolizando abandono e desleixo, como abordou a historiografia tradicional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não pretendemos trazer minúcias da *empresa* da mineração no Brasil, mas deixar notas sobre as principais características da atividade que representa o móvel da “formação socioespacial” (SANTOS, 2004) da mineração – do ouro e dos diamantes –; *empresa* que favorece a formação de uma primeira rede urbana na colônia, conforme aponta Scarlato (2008).

Fica claro, sobretudo, que a mineração favoreceu a articulação de distintas regiões e o estabelecimento de atividades paralelas, como a pecuária e a agricultura de subsistência que se desenvolveram ao longo do século XVIII e ganharam vulto no século XIX, em alguns pontos da zona do ouro e dos diamantes, refutando a tradicional análise historiográfica da crise que se generaliza com o declínio da mineração.

A análise do processo que desemboca na formação de uma primeira rede urbana no Brasil colonial do século XVIII – dada a dinâmica propiciada pela mineração do ouro e dos diamantes – possibilita-nos afirmar que para a melhor compreensão do próprio espaço

geográfico não basta desvendar as suas múltiplas dimensões atuais, há que se investigar também o processo histórico do qual faz parte, pois aí estão, muitas vezes, os segredos de sua boa interpretação, como indica Abreu (1997, p. 240). Isso nos possibilita dizer que as “coisas” não podem ser analisadas na qualidade de objetos fixos, mas em movimento: nenhuma coisa está “pronta”, “acabada”, encontra-se sempre em via de se transformar, desenvolver; de forma que o fim de um processo remete ao início de outro e, em algum momentos, interpenetram-se.

Por fim, concordamos com Caio Boschi (2002) ao enfatizar a importância que o comércio teve tanto para a articulação do território como para pontos isolados da zona da mineração, como São João Del Rei e Barbacena, na antiga Comarca do Rio das Mortes e para Diamantina, na Comarca do Serro do Frio. Para Boschi (2002), se a exploração aurífera foi o início, nem sempre e nem em toda a região ela foi a principal atividade produtiva. A zona da mineração nunca abandonou sua vocação agropecuária. Áreas de registros às margens dos rios, o estabelecimento de zonas agropecuárias, marcos de abastecimento de tropas e o desenvolvimento do significativo comércio de abastecimento foram favorecedores da estruturação de uma nova rede urbana de um “tempo lento” no Brasil da mineração, que articula o Centro-Sul e o Nordeste do Brasil, naquele momento.

NOTAS

¹ Doutorando em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Professor da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

² Professor Doutor do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP).

³ A técnica da mineração evoluiu no decorrer do século XVIII, embora sempre tenha se mantido atrasada, relativamente às possibilidades da época, o que não exigia grandes recursos iniciais na empreitada. Franco (1944, p. 84-5) considera que os paulistas apenas procuravam o ouro, não se preocupando em explorá-lo, de início. Utilizavam-se dos meios mais rudimentares, afastando o cascalho do leito ou das margens dos ribeirões e apurando-o em instrumentos toscos de emergência, “até nos próprios pratos de estanho”. Para o autor, o descobrimento efetivo das minas, o emprego da mão-de-obra escrava e a fixação da população favoreceram o aperfeiçoamento dos métodos de trabalho. “A bateia, vasilha cônica de madeira, própria para separar o metal do cascalho, originária provavelmente da África, representou um passo importante, pela generalidade do seu uso. A exploração do ouro estava ligada à água. Dentro do leito dos ribeiros (ouro da água ou da madre), ou nas margens deles (ouro de taboleiro), mais longe, nas encostas das serranias (ouro de grupiara), era o metal retirado do cascalho, da piçarra e mesmo do desmonte de pedra com auxílio da água.”

⁴ Scarlato (2008) considera a sociedade formada pela mineração eminentemente *promíscua* do ponto de vista da coexistência das classes sociais no espaço urbano, um fato inédito na Colônia, bem como pela relativa mobilidade dos indivíduos entre as classes (notas de curso – Geografia Regional do Brasil II-Região Sudeste. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas / Departamento de Geografia / USP).

⁵ Tomando como referência as rodovias BR – 040 e BR – 381, que ligam, respectivamente, Rio de Janeiro a Brasília e São Paulo a Belo Horizonte, além de rodovias estaduais de menor fluxo em Minas Gerais, como as que ligam Belo Horizonte ao Norte de Minas, passando por Diamantina, ou que liga Lavras a Barbacena, verificamos a constituição de grandes espaços vazios, tomados, ainda hoje, por pequenas (na maioria) e médias propriedades agrícolas. Além da grande distância entre as cidades, nesses trajetos, apresentam-se, ainda, em sua maioria,

afastadas do eixo rodoviário atual, formando um rosário, o que simboliza, provavelmente, serem núcleos surgidos dos antigos caminhos que ligavam o litoral ao interior. Como exemplo desses núcleos podemos citar: Campanha, Carrancas, Nazareno, Madre de Deus, Prados, Rezende Costa, Marina, Conceição do Mato Dentro, Morro do Pilar, Santana do Pirapama, Gouveia, Serra Azul de Minas etc.

⁶ De acordo com Zemella (1990, p. 169-189), o consumo nas Geraes variou conforme quatro fatores principais: 1) povoamento; 2) produção das minas; 3) sistematização das correntes de abastecimento; e 4) desenvolvimento dos núcleos locais de produção. Essa consideração da autora remete-nos à complexidade da própria *empresa* e das suas maiores necessidades, apontadas por ela como os seguintes gêneros: 1) cereais, açúcar, toucinho, a carne e o sal; 2) ferro, aço e pólvora; 3) vestimenta e calçados, móveis, arreios (material de lida); e 4) artigos de luxo para os novos ricos das Geraes. Mafalda considera a pinga e o tabaco como um grupo a parte, pois, “eram os suavizadores do rude trabalho das lavras (...) a aguardente era vital para os negros que permaneciam durante horas com o corpo mergulhado nos ribeiros, manejando a bateia (...) nessa época acreditava-se seriamente nas virtudes terapêuticas da pinga (...) os escravos podiam viver mal vestidos e mal alimentados, porém jamais poderiam passar sem uma dose diária de aguardente e sem um naco de fumo” (ZEMELLA, 1990, p. 187).

⁷ Surge dessa dinâmica uma figura singular justamente lembrada por Deffontaines (1944, p. 08), o *tropeiro*. Segundo o geógrafo francês, houve durante muito tempo mais transportadores do que produtores, onde o ofício convinha à psicologia aventureira da gente pobre, na qual não existia nenhum atavismo de sedentarismo camponês. “Através das solidões mais afastadas, esses tropeiros transmitiam as idéias, os hábitos, as novidades; eles se tornaram um dos principais agentes da unidade brasileira; desde o século XVIII eles penetraram em pleno Mato Grosso, onde tinham achado ouro; por caminhos de burro, as estradas, que eles tinham traçado, eles tinham previsto paradas, repousos,

pousos que progressivamente se tornaram pequenas aglomerações”.

⁸ Segundo Moraes (2000a, p. 401), no final do século XVII as bases da formação territorial do Brasil estavam dadas, a soberania portuguesa estava reafirmada sobre uma grande porção do oriente sul-americano, abrangendo conjuntos regionais extensos, núcleos de colonização, enclaves e uma considerável zona de trânsito e visitação no *hinterland* designado *sertão*. Os holandeses foram expulsos com a reintegração da região pernambucana, o Estado afro-brasileiro dos Palmares destruído, as terras de Alagoas colonizadas, gerando uma zona de ocupação contínua entre Pernambuco e Bahia, a pecuária expandiu-se pelo sertão de dentro, definindo caminhos perenes que, da Bahia, demandavam as Geraes e o Maranhão, os campos Geraes e as vacarias do sul foram liberadas para a exploração portuguesa com o desalojamento das reduções jesuíticas dos espanhóis, além de, no extremo oeste, as bandeiras paulistas atingiam o piemonte dos Andes, “enfim, a conformação básica do futuro território brasileiro estava posta” (MORAES, 2000a, p. 402).

⁹ Não poderia ser diferente, é esse grande geógrafo, dentre as fontes por nós consideradas, quem dá maior relevo à região diamantífera, ao Vale do Jequitinhonha e São Francisco, integrantes da saga urbanizadora do século da mineração. Como já nos referimos, o Norte de Minas é uma vasta área que, ainda hoje, permanece quase que esquecida pelos estudiosos das ciências humanas, em especial da geografia humana.

¹⁰ De acordo com Felício dos Santos (1978, p. 246), em 1817, Diamantina já era a povoação mais importante da Capitania de Minas, pelo número de seus habitantes, riqueza, comércio e ilustração; possuía mais títulos a ser elevada a vila que muitas outras, que já o eram há muitos anos. Entretanto, quanto ao eclesiástico, esteve sempre dependente da Vila do Príncipe, e só foi erigida em paróquia no ano de 1819, pois, governado por uma *Lei* especial, não podia sair do estatuto de Arraial, seria incompatível com o sistema do poder *despótico* dos Intendentes; poder ilimitado, que não deveria ser partilhado por um Senado, e outras autoridades civis e criminais que se estabeleceriam com sua elevação à categoria de

Vila. Assim, o Intendente reunia todos os poderes, administrativo, contencioso, criminal; só pertencia ao Juiz de Fora da Vila do Príncipe a jurisdição quanto a órfãos e ausentes. Mesmo a jurisdição eclesiástica, quanto ao espiritual, era exercida por delegados do vigário da Vila do Príncipe, quase independente. De Arraial do Tijuco é elevada à Cidade de Diamantina, em 1838, quando já tinha termo a *Real Extração*, sem ser Vila.

¹¹ Reis Filho (1968) considera que esses núcleos formam, de início, bases para orientar a colonização, daí por diante, foram bases para o controle de diversas atividades na nova área de urbanização.

¹² Clotilde Paiva (1996, apud Martins, 2004, p. 59) considera as regiões de alto nível de desenvolvimento as de Diamantina, Intermediária de Pitangui-Tamanduá, Mineradora Central Oeste e Leste. As regiões de médio desenvolvimento eram as de Araxá, Mata, Sul Central, Sudoeste, Mineradora Central Leste, Médio-Baixo Rio das Velhas e Vale Alto-Médio São Francisco. As de baixo desenvolvimento eram as do Extremo Oeste, Sertão, Minas Novas, Paracatu, Triângulo, Sertão do Alto São Francisco e Sertão do Rio Doce. Conforme Paiva, estes contrastes internos denotavam a existência de complexa divisão intra e inter-regional do trabalho nas Geraes.

¹³ Identificamos, nas diversas idas a campo para o interior de Minas Gerais, que o antigo caminho dos tropeiros e viajantes, a Estrada Real – constituída do Caminho Velho, Caminho Novo, Caminho do Sabarabuçu e Caminho dos Diamantes – não coincide com os atuais eixos rodoviários que ligam o litoral ao interior, tocando-os em alguns eixos, como o que vai de Lavras a São João Del Rei e dessa a Ouro Preto. Para o Norte de Minas, até Diamantina, o último reduto da Estrada Real, as rodovias distanciam-se do antigo caminho, estando as atuais cidades fora das margens das rodovias, adentrando para o interior, como observado em campo.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

AZEVEDO, Aroldo. *Vilas e Cidades do Brasil Colonial. Ensaio de Geografia Urbana Retrospectiva*. São Paulo: Boletim Paulista de Geografia n. 33., 1956.

ABREU, Maurício Almeida. A apropriação do território no Brasil Colonial. In: CASRO, I. E; GOMES, P. C; CORRÊA, R. L. (orgs.). *Explorações geográficas: percursos no fim do século*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1997.

BOSCHI, Caio C. Nem Tudo o que reluz vem do ouro. In: SZMRECSÁNY, Tamás. *História Econômica do Período Colonial*. São Paulo: Hucitec, 2002.

CASTRO, Antônio Barros. A herança colonial no desenvolvimento brasileiro. A região das Minas – retrocesso e dispersão após a Crise. In: *7 Ensaios sobre a Economia Brasileira*. São Paulo: Ed. Ferrense, Vol II, 1979.

COSTA, Everaldo B. *Turismo e organização socioespacial no centro histórico de São João Del Rei – MG*. São Paulo: Universidade de São Paulo: TGI, Departamento de Geografia (USP - FFLCH), 2007.

COSTA, Everaldo B. *A dialética da construção destrutiva na consagração do Patrimônio Mundial: o caso de Diamantina*. São Paulo: DG / USP, Dissertação de Mestrado – FFLCH, 2009.

DEFFONTAINES, Pierre. *Como se constituiu no Brasil a rede das cidades*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia / IBGE, 1944.

DUARTE, Nestor. *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1995.

FELÍCIO DOS SANTOS, Joaquim. *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio (Província de Minas Gerais)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

FRANCO, Afonso Arinos Melo. *Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil*. Publicações do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), 1944.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo. Editora Nacional, 1974.

GEIGER, Pedro P. *Evolução da Rede Urbana Brasileira*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de

Pesquisas Pedagógicas / MEC, 1963.

MARTINS, Marcos Lobato. *Os negócios de diamante e os homens de fortuna na Praça de Diamantina, Mg: 1870 - 1930*. São Paulo: USP / Tese de Doutorado - FFLCH, DH, 2004.

MORAES, Antônio Carlos Robert. *Capitalismo, Geografia e Meio Ambiente*. São Paulo: Tese de Livre Docência. FFLCH/USP, 2000.

MORAES, Antônio Carlos Robert. *Bases da formação territorial do Brasil - O território brasileiro no longo século XVI*. São Paulo: Editora Hucitec, 2000a.

MORAES, Antônio Carlos Robert. *Território e História no Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec, 2002.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. Brasiliense, 1969.

PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. 29ª Edição. Brasiliense, 1983.

SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica, tempo, razão e emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2002.

SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova*. São Paulo: EdUSP, 2004.

SCARLATO, Francisco C. *Ouro Preto. Cidade Histórica da Mineração no Sertão Brasileiro*. In: Anales de Geografia de la Universidad Complutense. Servicio de Publicaciones de la Universidad Complutense. Madrid, 1996.

SCARLATO, Francisco C. *Revitalização do Centro Antigo: O Espaço da Memória de São Paulo*. In: CARLOS, A. F. CARRERAS, C. *Urbanização e Mundialização: estudos sobre a metrópole*. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

SCARLATO, Francisco C. *Geografia Regional do Brasil II - Região Sudeste*. In: Notas do Curso. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas / Departamento de Geografia / USP, 2008.